

Negociação política, a alternativa do Planalto

BRÁSÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo vai procurar solucionar o problema surgido com a recusa do Senado Federal em acatar a suspensão da URP para os meses de abril e maio nos adiantamentos salariais daquela casa, através do entendimento político, segundo informaram ontem fontes categorizadas do Ministério da Fazenda. O governo, segundo se informou ali, já esperava que surgisse este tipo de problema, mas, nas discussões de âmbito interno, prevaleceu a opinião de que, neste caso, o problema deixaria de ser técnico para ser político.

Segundo consenso obtido nas discussões realizadas na Palácio do Planalto entre juristas do governo, a URP (Unidade de Referência de Preços) utilizada para o cálculo dos adiantamentos mensais de salários do setor público e privado, foi criada através de um decreto-lei constante do Plano Bresser. Na ocasião — assinalaram os juristas —, o Poder Legislativo e Judiciário acata-ram tranqüilamente a nova siste-

mática de reajustes salariais, sem qualquer contestação.

Assinalam que, de fato, a Constituição confere poderes ao Legislativo para administrar os seus salários, entretanto, ao suspender a URP, entendem os juristas que o governo está alterando índices, e não administrando salários. No passado, isso foi feito com imposição de redutores a índices que serviam de base ao cálculo de reajustes salariais, não tendo sido o governo também contestado. Ao mexer na URP, o governo está administrando um índice, e não alterando o valor de um vencimento padrão ou de um salário-base. E o governo se considera competente para modificar índices. Não se trata, portanto — segundo argumento dos juristas do governo —, de alterar a política salarial do Senado. Entendem que se o governo foi competente para criar a URP tem, do mesmo modo, competência para alterá-la, concordam, entretanto, que o assunto dá margem a interpretações diferentes, e por isso sugerem a solução política para a busca do entendimento.